



# PROJETO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO “ORÇAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO”

Decanato de Pós-Graduação  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

## 1. DADOS GERAIS DO CURSO

<b>Curso de Especialização em</b>		
Orçamento, Governança e Gestão de Riscos no Setor Público		
<b>Unidade Responsável</b>		
FACE		
<b>Unidade Orçamentária</b>		
CCA		
<b>Outras Unidades Envolvidas</b>		
<b>Modalidade de Educação</b>	<b>Tipo de oferta</b>	<b>Edição do curso</b>
X a distância	<input type="checkbox"/> aberto ao público <input type="checkbox"/> turma fechada: <a href="#">indicar contratante</a> <input type="checkbox"/> curso fora do DF <b>X EDITAL CAPES</b>	<input type="checkbox"/> Primeira <input checked="" type="checkbox"/> <b>X Segunda ou mais</b>
<b>Carga horária (horas)</b>		<b>Número de vagas</b>
375 HORAS		500 VAGAS
<b>Área de conhecimento e respectivo código (Classificação Internacional Normalizada da Educação - Cine Brasil 2018)</b>		
04 Negócios, administração e direito 0413 Gestão e administração Gestão Pública 0413G12		
<b>Tipo de Trabalho de Conclusão de Curso</b>	<b>Datas de início e fim do curso</b>	<b>Habilitação específica</b>
<input type="checkbox"/> Monografia <input checked="" type="checkbox"/> Artigo científico <input type="checkbox"/> Capítulo de livro <input type="checkbox"/> Relatório Técnico <input type="checkbox"/> Outro <small>* Os cursos EaD deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de TCC</small>	<b>Início: 01/04/2025</b> <b>Fim: 31/12/2026</b>	ESPECIALISTA EM ORÇAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO
<b>Público Alvo</b>		<b>Financiamento</b>
AGENTES PÚBLICOS (SERVIDORES E OUTROS)		<input type="checkbox"/> Convênio UnB conveniente ou Contrato UnB contratada <input type="checkbox"/> Termo de Execução Descentralizada (TED) <input type="checkbox"/> Contrato com Fundação de Apoio <input type="checkbox"/> Convênio Tripartite com Fundação de Apoio <input type="checkbox"/> Arrecadação direta de Fundação de Apoio <input checked="" type="checkbox"/> <b>X Outro EDITAL CAPES</b> <small>O DPI/DPA é responsável pela formalização de instrumentos específicos entre a FUB e o parceiro externo, seja uma entidade governamental ou não-governamental. O sítio <a href="http://www.dpi.unb.br">www.dpi.unb.br</a> orienta sobre os modelos de planos de trabalho além de planilha de detalhamento de despesas a serem providenciadas. Recomendamos, se houver recurso, que a gestão seja realizada por Fundação de Apoio.</small>

## 2. COORDENAÇÃO DO CURSO

<b>Nome do(a) coordenador(a) (Titulação: doutorado)</b>	
MAYLA CRISTINA COSTA MARONI SARAIVA	
<b>E-mail de contato</b>	<b>Telefone de contato</b>
<a href="mailto:mayla.saraiva@unb.br">mayla.saraiva@unb.br</a>	61-98317-1515
<b>Nome do(a) coordenador(a) adjunto(a) (Titulação: doutorado)</b>	
EDMILSON SOARES CAMPOS	
<b>E-mail de contato</b>	<b>Telefone de contato</b>
<a href="mailto:edmscampos@unb.br">edmscampos@unb.br</a>	62-99102-0387
<b>Nome do(a) secretário(a)</b>	
opcional	

### 3. OBJETIVO E IMPORTÂNCIA

<b>Justificativa/Objetivos do curso</b>
<p>A Universidade de Brasília (UnB), Instituição Federal de Ensino Superior do Distrito Federal, foi criada em 1962, com a finalidade de oferecer cursos de graduação e pós-graduação, desenvolver a pesquisa e a extensão. O projeto original de criação atribuía à UnB a missão de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional e para a organização da administração pública federal (UnB, 1962). Nos últimos anos, a Universidade consolidou os cursos de pós-graduação já implantados e ampliou a oferta de vagas nesse nível de ensino, visando atender a demanda por técnicos especializados por parte de organizações instaladas em Brasília. Assim, atenta ao cumprimento da missão que lhe foi originalmente definida, a UnB dirigiu grande parte do seu esforço de ampliação da pós-graduação para atender a necessidades de formação de dirigentes vinculados a órgãos e empresas públicas, principalmente federais.</p> <p>Tendo em vista que já há o valor institucionalizado na UnB de que a entidade pública tem o papel constitucional de oferecer a boa gestão dos recursos públicos, reconhecida por sua qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão em seus 60 anos de existência, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído em 2006 e a UnB já passou a integrar o Sistema em 2007, ofertando cursos de licenciatura e especialização lato sensu em 52 municípios e no Distrito Federal, em todas as regiões geográficas do Brasil, contribuindo com o objetivo de expandir, de forma regionalizada e democrática, a oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância. Os cursos contam com fomento parcial pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), apoio de pólos presenciais para a realização de atividades acadêmicas dos cursos, uso de materiais didáticos e recursos de mediação pedagógica on-line e o suporte acadêmico de professores e tutores.</p> <p>No crescimento da oferta de cursos EaD, a UnB busca a excelência acadêmica que lhe é marca e passa a ter interesse também em ampliar constantemente sua atuação para atender a demanda de regiões mais afastadas dos grandes centros. Nesse sentido, o Departamento de Ciências</p>

Contábeis e Atuariais vem ofertando cursos de especializações em diversas modalidades da área, tais como financeira, societária, tributária e, particularmente, da contabilidade aplicada à gestão pública, atendendo demandas por agentes especializados nas organizações públicas.

É importante salientar que, considerando a necessidade e o objetivo geral de capacitar Agentes Públicos para atuar no desenvolvimento econômico e social local, previstos no Edital 09/2022, considera-se que o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UnB possui por sua vez corpo docente especializado, com mestrado e doutorado na área, além de professores envolvidos nesta proposta, especificamente, possuem pós-doutorado na área de contabilidade pública e desenvolvimento econômico local, com vasta experiência na área de pesquisa, docência e extensão, o que torna a proposta justificável.

Procurando unir a vasta experiência já adquirida pelo Departamento e a missão da UnB com o objetivo de democratizar o ensino, é que o Curso de Especialização em Orçamento, Governança e Gestão de Riscos no Setor Público abrange os aspectos contábeis, orçamentários, patrimoniais e financeiros, com alto potencial para o controle interno das organizações públicas. Os resultados e as conclusões desse tipo de gestão e controle orçamentário contribuem significativamente para o cumprimento de competências específicas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, em especial para a elaboração de relatórios financeiros e de controle sobre as contas prestadas anualmente pelos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos (art. 71, II). A partir da trilha de preparação, execução, prestação de contas, fiscalização e auditoria, o gestor público percorre antes o caminho de realizar registros contábeis, documentação de suporte, controles internos e as transações orçamentárias, financeiras e/ou patrimoniais.

Assim, o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Orçamento, Governança e Gestão de Riscos no setor Público, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como objetivo principal formar profissionais com amplo conhecimento em temas concernentes à Orçamento e Finanças Públicas, Governança, capazes de atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e gerenciando, com competência, nas organizações governamentais e não governamentais, de modo proativo, democrático, humanístico e ético, visando a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.

Tendo ainda como objetivos específicos:

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro nos âmbitos federal, estadual e municipal;

- Criar um ambiente propício para a discussão sobre novos mecanismos de inovação no setor público, abordando a estrutura do estado;
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

Para tanto, há três categorias de princípios que nortearão a estrutura curricular do Curso de Especialização ora proposto: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

Os princípios epistemológicos que são considerados necessários para sustentar a formação e o perfil do profissional da área de Gestão Pública vão de encontro à moderna epistemologia, que tem como propósito o exame das condições reais de produção dos conhecimentos científicos, sem impor dogmas aos pesquisadores (Japiassu, 1980). Nesse sentido, se busca estudar a gênese e a estrutura dos conhecimentos científicos, tanto do ponto de vista lógico quanto dos pontos de vista linguístico, sociológico, ideológico etc. Trata-se de uma proposta de discussão que surge ante a necessidade de se compreender e explicar como se dá a produção científica em qualquer área do conhecimento, neste caso, do campo da Administração, Controladoria e Contabilidade.

Nos últimos dez anos, o crescimento da produção científica sobre Contabilidade e Controladoria abordando também a área pública é inquestionável. Multiplicaram-se os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e as ofertas de Cursos de Especialização - modalidade MBA - dirigidos aos contabilistas. Foram criados Seminários, Encontros e Congressos: espaços privilegiados para apresentação e discussão de textos científicos sobre Contabilidade e Controladoria. Nesse sentido, é necessário a busca do estabelecimento de padrões científicos que possam garantir e legitimar a qualidade da produção desse promissor campo de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas.

Desse modo, os princípios epistemológicos, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional da área, são expressos através de duas dimensões:

- a) Dimensão epistemológica: a amplitude e a diversidade dos assuntos tratados em sala, dos temas e dos problemas investigados, as diferentes alternativas para construção das plataformas teóricas que sustentam os desenvolvimentos das pesquisas a serem geradas, as distintas abordagens metodológicas empreendidas, as variadas estratégias de pesquisa, a diversidade de técnicas e de instrumentos de coleta de informações, dados e evidências, os diferentes planos para tratamento e análises dos resultados por meio de pesquisa gerada na construção do Trabalho de Conclusão de Curso.
- b) Dimensão profissionalizante: suportes teórico-práticos por meio dos estudos de casos aplicados e experiências trocadas que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador, contador e profissional da área de gestão pública em todas suas relações sociopolítico, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Os princípios metodológicos propostos visam contemplar todo o planejamento do ensino, incluindo desde os objetivos gerais da disciplina, o conhecimento dos alunos, do mercado, da avaliação da aprendizagem, das possibilidades de construção e reconstrução do conhecimento, até a relação professor-aluno. Considera-se que a clareza e o impacto emocional estão intimamente atrelados à didática do professor. Nesse sentido, a primeira relaciona-se com o que é apresentado, e a segunda com o modo pelo qual o conteúdo é passado ao aluno. Preza-se que o docente envolvido em nossa proposta metodológica deve trabalhar com os alunos propondo desafios intelectuais, problemas, situações abertas e estimulantes, sem insistir nos aspectos utilitários.

O Curso de Especialização será desenvolvido na modalidade a distância, e considera-se que outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular, como: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

#### **Modalidade de Ensino: Educação a Distância (EaD)**

O curso de Especialização em Orçamento, Governança e Gestão de Riscos no Setor Público será desenvolvido na modalidade Educação a Distância (EaD), em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Centro de Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (CEAD) da Universidade de Brasília (UnB). A EaD é uma modalidade que propicia flexibilidade tanto no tempo quanto no espaço, permitindo que os alunos, independentemente da sua localização geográfica, possam participar das aulas e atividades acadêmicas, adaptando os estudos às suas rotinas profissionais e pessoais.

A metodologia de ensino adotada será baseada em tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), com o uso de plataformas educacionais interativas que oferecem um ambiente de aprendizagem dinâmico. O conteúdo será disponibilizado por meio de diversos formatos, como vídeos, podcasts, textos acadêmicos e materiais complementares de leitura. As aulas serão organizadas de forma a promover uma aprendizagem significativa, utilizando a interatividade como um pilar central. O corpo docente estará em constante interação com os alunos, por meio de ferramentas como fóruns de discussão, videoconferências, grupos de estudo online, entre outras tecnologias, que possibilitam uma troca contínua de conhecimentos e experiências.

A modalidade EaD será especialmente vantajosa para os alunos, pois oferece um formato flexível e autônomo, permitindo o acesso ao conteúdo de qualquer lugar e em horários convenientes. A avaliação dos alunos será realizada por meio de atividades online, como fóruns de discussão, trabalhos individuais e colaborativos, além de exames presenciais periódicos. O curso também contará com encontros virtuais obrigatórios para exames e orientação do Trabalho

de Conclusão de Curso (TCC).

### **Adequação Tecnológica e Metodológica**

A qualidade do ensino a distância depende diretamente do uso adequado das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Nesse sentido, o CEAD/UnB está comprometido em fornecer todo o suporte necessário para que as ferramentas e metodologias utilizadas sejam eficientes, inovadoras e integradas ao processo de ensino-aprendizagem. O uso de plataformas educacionais como o Moodle ou o Blackboard, amplamente reconhecidas no contexto educacional, permitirá a organização das aulas, disponibilização de materiais de forma organizada e eficiente, além de facilitar o acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos, garantindo a gestão pedagógica de todo o curso.

Além disso, o curso se beneficiará de recursos educacionais digitais inovadores, como vídeos, apresentações interativas, podcasts e outros materiais multimídia. Esses recursos permitirão que os alunos se envolvam ativamente com o conteúdo, possibilitando um aprendizado mais aprofundado e diversificado, promovendo maior engajamento e compreensão dos temas abordados.

A interação entre alunos e professores será constante, utilizando fóruns de discussão, chats e videoconferências, que possibilitarão uma comunicação dinâmica e a resolução de dúvidas em tempo real. A colaboração será incentivada por meio de grupos de estudo online e projetos colaborativos, fortalecendo a aprendizagem coletiva e a troca de experiências. Essas ferramentas digitais vão criar um ambiente de ensino interativo e estimulante, adequado às demandas da educação moderna.

A metodologia do curso será fundamentada em metodologias ativas de ensino, com ênfase em estudos de caso, simulações, resolução de problemas reais e outras estratégias que incentivem a aplicação prática dos conceitos aprendidos. Dessa forma, os alunos terão a oportunidade de conectar a teoria com a prática, desenvolvendo competências essenciais para a gestão pública. O acompanhamento contínuo do progresso dos alunos será realizado por meio de avaliações formativas, que incluirão participação ativa nas atividades online, desenvolvimento de trabalhos e a entrega de artigos e relatórios. A avaliação final será feita através do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que será acompanhado de uma orientação acadêmica **contínua**, e será submetido a uma **Comissão Examinadora**.

### **Capacitação Docente**

O sucesso de um curso EaD depende significativamente da preparação e capacitação dos docentes. Nesse sentido, o CEAD/UnB oferece um robusto programa de **capacitação docente**, com o objetivo de assegurar que os professores estejam plenamente preparados para atuar na modalidade a distância. Todos os docentes do curso de especialização participarão de

treinamentos periódicos, com foco no uso eficaz de **plataformas de ensino** e **ferramentas digitais**, além de estratégias pedagógicas voltadas para a EaD.

Esses treinamentos serão contínuos e incluirão temas como **metodologias de ensino a distância**, **gestão da aprendizagem online**, **uso pedagógico das TDICs** e **estratégias de motivação e engajamento dos alunos no ambiente virtual**. O corpo docente será capacitado para aplicar **metodologias ativas** que favoreçam a **interatividade** e a **autonomia** dos alunos, incentivando a construção colaborativa do conhecimento. Além disso, o **suporte técnico e pedagógico** será disponibilizado para os docentes, garantindo que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem tenham as condições necessárias para desempenharem suas funções com excelência.

Ao longo do curso, a capacitação dos professores será acompanhada de perto, com feedback constante, e os docentes terão acesso a uma rede de apoio composta por especialistas em educação a distância, que oferecerão orientação sobre o uso das ferramentas e metodologias inovadoras. Essa capacitação contínua, aliada ao acompanhamento regular da evolução dos alunos, visa garantir que o curso de especialização seja bem-sucedido, proporcionando uma formação de alta qualidade, alinhada às exigências e desafios do setor público contemporâneo.

Essas estratégias garantirão que a modalidade EaD seja aplicada de forma eficaz, proporcionando uma educação de qualidade que atenda às necessidades dos alunos e às demandas do setor público, com base nas melhores práticas pedagógicas e no uso adequado das tecnologias educacionais.

Os polos que já manifestaram interesse

Por fim, o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Orçamento, Governança e Gestão de Riscos no setor Público, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) terá duração total de 390 horas, distribuídas em 13 disciplinas que totalizam 375 horas e outras 15 horas dedicadas ao Trabalho de Conclusão de Curso. Para obter o certificado de Pós-graduação lato sensu em Orçamento, Governança e Gestão de Riscos no Setor Público, além de atender ao previsto nas normas relativas à pós-graduação da UnB, o aluno do deverá:

- Ter presença obrigatória nos encontros presenciais previstos para exames;
- Apresentação do artigo como trabalho de conclusão;
- Ser aprovado com conceito MM ou superior, nas disciplinas que compõem os módulos;
- Frequência mínima de 75% em cada disciplina constante do curso;
- Escrever, individualmente, sob a orientação de um professor definido pela coordenação da do curso, um artigo a ser submetido a uma Comissão Examinadora. Ter esse artigo aprovado pela Comissão Examinadora. As menções e equivalências numéricas atribuídas aos alunos constam a seguir.

SS 9,0 – 10,0

MS 7,0 – 8,9

MM 5,0 – 6,9

MI 3,0 – 4,9

II 0,1 – 2,9

SR Zero

<b>Local do curso</b>
FACE/CCA - EAD

#### 4. PROCESSO SELETIVO

<b>Forma de seleção</b> (Deve ser utilizada mais de uma modalidade, sendo a análise de currículo obrigatória)	<b>Instrumentos de avaliação do desempenho do aluno</b> (pode haver mais de uma opção, sendo o TCC obrigatório)	<b>Critérios para aprovação e certificação do discente</b>
X Análise de Currículo <input type="checkbox"/> Entrevista <input type="checkbox"/> Indicação de Empregador <input type="checkbox"/> Prova X Outro: Carta de intenção e motivadora	X Provas X Seminários X Trabalhos finais de disciplina X Trabalho de conclusão de curso <input type="checkbox"/> Outro: X * (Os cursos oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso)	O certificado será emitido aos alunos que tiverem obtido frequência de pelo menos 75% de carga horária prevista e obtiverem menção igual ou superior a MM (conforme artigos 122 e 123 do Regimento Geral da UnB) em todas as disciplinas, incluindo TCC.

#### 5. CORPO DOCENTE

<b>Dados resumidos do corpo docente</b> (Contar apenas uma vez o docente que ministrar mais de uma disciplina/módulo)
Número total de docentes que ministrarão o curso: 17 Número de docentes da UnB: 12 Número de docentes externos: 5 Número de mestres: 1 Número de doutores: 16 Número de especialistas ou sem titulação: 0

#### DOCENTES DA UNB

Nome	Matrícula FUB ou SIAPE	Titulação
ABIMAEEL JESUS COSTA BARROS	1048848	DOUTOR
BEATRIZ FATIMA MORGAN	1009371	DOUTORA
EDMILSON SOARES CAMPOS	1012720	DOUTOR
DANIELLE MONTENEGRO SALAMONE NUNES	1804227	DOUTORA
DIANA VAZ LIMA	203092	DOUTORA
FÁTIMA DE SOUZA FREIRE	1023870	DOUTORA
EDUARDO BONA SAFE DE MATOS	1079794	DOUTOR
LUIZ GUILHERME OLIVEIRA	1016245	DOUTOR
LUCAS OLIVEIRA GOMES FERREIRA	1064207	DOUTOR
MARCELO DRIEMEYER WILBERT	1020820	DOUTOR
MAYLA CRISTINA COSTA MARONI SARAIVA	1615102	DOUTORA
SERGIO RICARDO MIRANDA NAZARÉ	1122873	DOUTOR

**DOCENTES EXTERNOS**

Nome	Sexo	Nome da mãe	CPF	Titulação	Instituição em que trabalha	Link do Lattes
ANDRÉ JUNIOR DE OLIVEIRA	<b>M</b>	IRENY MARIA DE OLIVEIRA	089506277-10	<b>D</b>	CONTADOR DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA	<a href="http://lattes.cnpq.br/3339501276940439">http://lattes.cnpq.br/3339501276940439</a>
CINTIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	<b>F</b>	TEREZINHA ALVES DE OLIVEIRA	807.367.696-68	<b>D</b>	PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	<a href="http://lattes.cnpq.br/8358316505475749">http://lattes.cnpq.br/8358316505475749</a>
FERNANDA ALVES ANDRADE GUARIDO	<b>F</b>	ZILDA ALVES TEMÓTEO ANDRADE	936.105.305-10	<b>D</b>	SÓCIA ESCRITÓRIO BLANCHET, GUARIDO E PRATES MENEZES ADVOGADOS ASSOCIADOS	<a href="http://lattes.cnpq.br/8381190297515139">http://lattes.cnpq.br/8381190297515139</a>
MARIA LUCIA GRANJA COUTINHO	<b>F</b>	MARIA NATERCIA GRANJA COUTINHO	371.250.874-34	<b>D</b>	PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	<a href="http://lattes.cnpq.br/1712259381150636">http://lattes.cnpq.br/1712259381150636</a>
DÉBORA DOSSIATTI DE LIMA	<b>F</b>	JANETE DOSSIATTI	082.730.869-84	<b>M</b>	DOCTORANDA UNB; CONSULTORA	<a href="http://lattes.cnpq.br/5965407485259474">http://lattes.cnpq.br/5965407485259474</a>

Observação: Caso haja **professores indefinidos e/ou a selecionar por edital**, o proponente deverá colocar no campo nome “**a designar**” e **descrever o perfil**, como por exemplo, se do quadro da UnB ou externo e a titulação para que possibilite a avaliação e aprovação da proposta à luz da normativa vigente.

## 6. COMPONENTES: MATRIZ CURRICULAR

Número de ordem	Nome da Disciplina	Carga horária da disciplina	Professor(es)	Carga horária por professor(a)
01	Orçamento Público	30	Edmilson Soares Campos	30
02	Contabilidade Aplicada a Gestão Pública	30	Diana Vaz Lima	30
03	Auditoria e Gestão de Riscos no Setor Público	30	André Júnior de Oliveira	30
04	LRF e Transparência no Setor Público	15	Débora Dossiatti de Lima	15
05	Custos no Setor Público	30	Beatriz Fátima Morgan	30
06	Governança e <i>Compliance</i> no Setor Público	30	Fátima de Souza Freire	30
07	<i>Accountability</i> e Prestação de Contas no Setor Público	30	Lucas Oliveira Gomes Ferreira	30
08	Política e Economia do Setor Público	30	Marcelo Driemeyer Wilbert	30
09	Gestão de Contratos e Compras Governamentais	30	Fernanda Alves Andrade Guarido	30
10	Estrutura e Organização do Estado	30	Cintia Rodrigues de Oliveira	30
11	Inovação no Setor Público	30	Maria Lucia Granja Coutinho	30
12	GESTÃO DE RISCOS E PRÁTICAS REGULATÓRIAS	30	Sérgio Ricardo Miranda Nazaré	15
			Danielle Montenegro Salome Nunes	15
13	Metodologia Científica	30	Eduardo Bona	30
14	Trabalho de Conclusão de Curso	15	Todos	15
<b>Carga horária e créditos totais do curso</b>		<b>375</b>	<b>25 créditos</b>	<b>375</b>

## 7. PLANOS DE ENSINO DAS DISCIPLINAS DA MATRIZ CURRICULAR

<b>Nome da disciplina:</b>	Orçamento Público
<b>Ementa:</b>	Relação de diferentes concepções de Estado com as políticas de financiamento das políticas públicas. Tamanho do Estado Brasileiro e sua Tributação. Organização do planejamento e ação estatal. O processo orçamentário no Brasil: dimensões históricas e quadros de referência estruturais da tributação, da organização do orçamento e das práticas decisórias no contexto das relações com o poder legislativo. Dinâmica histórica e princípios orçamentários atuais. Diretrizes orçamentárias. Processos, métodos e instrumentos do orçamento público, incluindo os sistemas de informação. Plano Plurianual. Lei Orçamentária Anual. Financiamento das políticas públicas no Brasil nas distintas instâncias de governo: determinações constitucionais e demais legislações correlatas. Fundos específicos. Alocação e acompanhamento de recursos orçamentários para as políticas públicas em áreas específicas nos diferentes sistemas públicos. Organização da implementação orçamentária. A coordenação. Princípios de eficiência alocativa e operacional. Interfaces com planos macroeconômicos e com a disciplina fiscal. Aspectos políticos do processo orçamentário.
<b>Conteúdo Programático:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Orçamento no contexto do planejamento.</li> <li>○ Planejamento.</li> <li>○ Receita.</li> <li>○ Execução orçamentaria.</li> <li>○ Programação e execução financeira.</li> <li>○ Ajuste Orçamentário</li> <li>○ Elaboração orçamentaria.</li> <li>○ Aprovação do orçamento.</li> </ul>
<b>Método de avaliação:</b>	<p>Exercícios, Trabalhos e Provas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%;</li> <li>● Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%;</li> <li>● Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%.</li> </ul> <p>A avaliação da disciplina ocorre ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.</p>
<b>Bibliografia básica:</b>	<p>CALDAS FURTADO, J. R. <b>Direito Financeiro</b>. 4. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2014 (Capítulo 8 - Controle da Execução Orçamentária).</p> <p>CONTI; CARVALHO. <b>O Controle Interno na Administração Pública Brasileira Qualidade do Gasto Público e Responsabilidade Fiscal</b>.</p> <p>GIACOMONI, J. <b>Orçamento público</b>. 17ª ed. ampliada, revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, J. <b>Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil</b>. 6ª ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2012.</p>

	<p>PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. <b>Contabilidade Pública: Uma abordagem da Administração Financeira Pública</b>. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>TORRES, Ricardo Lobo. <b>A legitimidade democrática e o tribunal de contas</b>.</p>
--	---

<b>Nome da disciplina:</b>	Custos no setor Público
<b>Ementa:</b>	A informação de custos e sua aplicação na gestão pública. Classificação e nomenclatura de custos. Elementos de custos: Materiais Diretos, Mão-de-obra direta e Custos Indiretos de Fabricação. Critérios de rateio dos custos fixos. Controle de custos: custo-padrão. Análise de variações de materiais e mão-de-obra direta. Análise de variações de custos indiretos. Custo fixo, lucro e margem de contribuição. Margem de contribuição e limitações na capacidade de produção. Estudos de casos de custos no setor público brasileiros.
<b>Conteúdo Programático:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Apresentação do programa e das avaliações</li> <li>○ Gestão de Custos no Setor Público</li> <li>○ A experiência internacional da gestão de custos no setor público</li> <li>○ Conceitos Básicos de Custos</li> <li>○ Custos dos Materiais Diretos - Gestão de Custos no Setor Público</li> <li>○ Custo da mão de obra direta</li> <li>○ Custos Indiretos: conceitos e critérios de rateios</li> <li>○ Equivalentes de produção e custos conjuntos</li> <li>○ Custeio ABC - introdução</li> <li>○ Custeio ABC gerencial</li> <li>○ Custeio Variável</li> <li>○ Retorno sobre o investimento e definição de preço de venda</li> <li>○ Relação Custo/Volume/Lucro e Ponto de Equilíbrio</li> </ul>
<b>Método de avaliação:</b>	<p>Exercícios, Trabalhos e Provas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%;</li> <li>● Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%;</li> <li>● Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%.</li> </ul> <p>A avaliação da disciplina ocorre ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.</p>
<b>Bibliografia básica:</b>	<p>BRASIL, STN. <b>Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)</b> – 8ª Edição.</p> <p>HERNANDEZ, J.J.P.; COSTA, R. G.; OLIVEIRA, L.M. <b>Gestão estratégica de custos</b>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>LEONE, S.G. <b>Curso de contabilidade de custos</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MARTINS, E. <b>Contabilidade de custos</b>. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>

	MAUS, Cezar Volnei; SOUZA, Marcos Antonio. <b>Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público: Modelo para Mensuração e Análise da Eficiência e Eficácia Governamental</b> . São Paulo: Atlas, 2008.
--	---

<b>Nome da disciplina:</b>	Contabilidade Aplicada a Gestão Pública
<b>Ementa:</b>	Reforma e Inovação na Contabilidade Federal e Nacional. Novos regulamentos. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Subsistemas de Contas. Plano de Contas do Governo Federal. Contabilidade no Siafi. Tabela de Eventos. Registros Contábeis. Lançamentos contábeis de transações típicas. Lançamentos contábeis de transações específicas. Elaboração e análise das demonstrações contábeis. Controles internos contábeis. Análise de consistência e conformidade. Estrutura e funcionamento do Sistema de Contabilidade Federal. Perspectivas para a Contabilidade Pública no Brasil. Legislação previdenciária. Regimes previdenciários. Entidade contábil previdenciária. Contabilidade aplicada ao Regime Próprio da Previdência Social. Passivo Atuarial. Contabilidade aplicada ao Regime Geral.
<b>Conteúdo Programático:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.</li> <li>○ Transição da Contabilidade Pública para o Regime de Competência.</li> <li>○ Ramificações da Contabilidade Pública brasileira: Contabilidade Orçamentária x Financeira x Patrimonial.</li> <li>○ Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.</li> <li>○ Bens de Uso Comum: ativos de infraestrutura, ativos culturais e ativos ambientais.</li> <li>○ Ativos Intangíveis, Ativos Biológicos e Operações envolvendo leasing.</li> <li>○ Reavaliação, Depreciação, Impairment e custos aplicados ao setor público.</li> <li>○ Contratos de Concessão e Consórcios Públicos.</li> <li>○ Legislação e Contabilidade aplicada ao Regime Geral.</li> </ul>
<b>Método de avaliação:</b>	<p>Apresentação oral (20 pontos). O papel do apresentador será sempre o de trazer o referencial teórico e normativo sobre o tema, e agregar, pelo menos, duas novas referências além das já relacionadas. - Participação nos debates em sala de aula (20 pontos). O papel do debatedor será sempre o de contextualizar o tema da perspectiva da contabilidade pública brasileira, comentando seus impactos sobre o status quo. Os demais alunos serão convidados a compartilhar entendimentos e experiências em sala de aula. - Prova discursiva individual (20,0 pontos). - Elaboração de um artigo em dupla sobre um dos temas do programa (40,0 pontos), previamente sorteado, conforme as regras do Congresso UnB de Contabilidade e Governança.</p> <p>A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.</p>

<p>Bibliografia básica:</p>	<p>CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CFC. <b>Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público</b>. Brasília: CFC, 2007, disponível em: <a href="http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx">http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx</a>.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CFC <b>Princípios de Contabilidade sob a Perspectiva do Setor Público</b>. Brasília: CFC, 2007, disponível em: <a href="http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx">http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx</a>.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CFC <b>Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público</b>. Brasília: CFC, 2008, disponível em: <a href="http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx">http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx</a>.</p> <p>LIMA, Diana Vaz de; SANTANA, Cláudio Moreira; GUEDES, Marianne Antunes. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. <b>Revista Contabilidade, Gestão e Governança</b>, v. 12, n. 2, p. 15 – 23. 2019. Disponível em: &lt;<a href="http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/65/pdf_1">http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/65/pdf_1</a>&gt;. IFAC. (2017).</p> <p><b>Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements</b>. Disponível em: <a href="https://www.ifac.org/publications-resources/2017-handbook-international-public-sector-accounting-pronouncements">https://www.ifac.org/publications-resources/2017-handbook-international-public-sector-accounting-pronouncements</a>.</p> <p>LIMA, Diana de. <b>Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público</b>. São Paulo: Ed. Atlas, 2016.</p> <p>MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha; MENESES, Anelise Florencio de; PETER, Maria da Glória Arrais (2011). O Processo de Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade: Uma Realidade nos Setores Privado e Público Brasileiros. <b>Revista controle doutrinas e artigos</b>. Volume IX, número 1.</p> <p>NIYAMA, Jorge Katsumi (2013). <b>Contabilidade Internacional</b>. Disponível em <a href="http://www.crcpe.org.br/curso_crc/file/Contabilidade%20Internacional%202.pdf">http://www.crcpe.org.br/curso_crc/file/Contabilidade%20Internacional%202.pdf</a>&gt;.</p> <p>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). <b>Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público</b>, Partes I, II, IV e V. 8ª. Edição.</p>
-----------------------------	--

<p><b>Nome da disciplina:</b></p>	<p>Auditoria e Gestão de Riscos no Setor Público</p>
<p><b>Ementa:</b></p>	<p>A teoria que rege a auditoria pública, com os diversos tipos de auditoria aplicáveis ao setor público. Demonstrações e documentos a serem verificados, e leis e regulamentos com os quais deverão ser confrontados. Técnicas de auditoria e avaliações de controles a serem observados. Modelos de auditoria de receitas e despesas orçamentárias. Auditoria do ativo e do passivo Públicos.</p>
<p><b>Conteúdo Programático:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Teoria da auditoria</li> <li>○ Auditoria Financeira e orçamentária</li> <li>○ Métodos e técnicas de auditoria.</li> <li>○ Planejamento.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Papéis de trabalho.</li> <li>○ Amostragem e risco.</li> <li>○ Métodos e técnicas de Auditoria</li> <li>○ Análise de políticas públicas.</li> <li>○ O papel do avaliador.</li> <li>○ Metodologia da auditoria.</li> <li>○ Auditoria de conformidade e auditoria de resultado ou de desempenho.</li> <li>○ Marco lógico.</li> <li>○ Técnicas de entrevista.</li> <li>○ Elaboração de questionários.</li> <li>○ Brainstorming. Delphi. Análise SWOT. Técnicas de follow-up.</li> <li>○ Amostra estatística em auditoria</li> </ul>
<b>Método de avaliação:</b>	<p>Exercícios, Trabalhos e Provas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%;</li> <li>● Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%;</li> <li>● Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%.</li> </ul> <p>A avaliação da disciplina ocorrer ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.</p>
<b>Bibliografia básica:</b>	<p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. <b>Referencial básico de gestão de riscos</b> / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex).</p> <p>CRUZ, Flávio da. <b>Auditoria Governamental</b>. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. <b>Fundamentos de auditoria governamental e empresarial</b>. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. <b>Manual de auditoria governamental</b>. São Paulo: Atlas, 2003.</p>

<b>Nome da disciplina:</b>	LRF e Transparência no Setor Público
<b>Ementa:</b>	Contexto da gênese da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Implicações da LRF para a Gestão Pública no tocante: ao planejamento, às receitas e despesas, às transferências intergovernamentais e à iniciativa privada, ao endividamento, ao patrimônio, transparência, controle e fiscalização. Fundamentos de transparência pública. Avanços pós Lei Complementar nº 131/2009 e Lei 12.527/2011. Cenário atual e demandas não atendidas.
<b>Conteúdo Programático:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Contexto econômico, político e social, no qual a LRF foi concebida.</li> <li>○ Dispositivos fiscais introduzidos pela LRF nos instrumentos de planejamento e orçamento: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ As metas e limites estabelecidos pela LRF para a execução orçamentária, para a renúncia de receitas, para as despesas com a seguridade social e para as de caráter continuado.</li> <li>○ Os limites e controles das despesas com pessoal dos Entes Federativos.</li> <li>○ As exigências da LRF para as transferências voluntárias e para a destinação de recursos públicos para a iniciativa privada.</li> <li>○ Limites, medidas e vedações para a condução da dívida pública e para a realização de operações de crédito, inclusive aquelas por antecipação de receitas.</li> <li>○ As vedações e possibilidades no relacionamento com o Banco Central do Brasil, bem como na utilização de garantias e contragarantias nas operações de créditos realizadas pelos Entes Federativos.</li> <li>○ Os aspectos de gestão exigidos pela LRF no tocante: aos restos a pagar, às disponibilidades de caixa, à preservação do patrimônio público e às empresas controladas pelo setor público.</li> <li>○ Os aspectos contábeis e fiscais requeridos pela LRF no tocante à escrituração e consolidação das contas públicas, à elaboração e publicização dos relatórios resumido da execução orçamentária e de gestão fiscal.</li> <li>○ Instrumentos de transparência da gestão fiscal com obrigatoriedade de publicização inclusive em meio eletrônico.</li> <li>○ Os portais de transparências e participação social nos processos de planejamento, execução e controle da coisa pública.</li> <li>○ Os avanços trazidos pelas Leis nº 131/2009 e 12.527/2011 ao processo de transparência na gestão da coisa pública e ao acesso às informações do Estado.</li> <li>○ As penalidades previstas pelo não cumprimento das normas inerentes à transparência público e ao acesso à informação.</li> <li>○ Experiências práticas e acadêmicas com a utilização de dados abertos.</li> <li>○ Panorama atual: demandas, desafios e expectativas quanto ao futuro da transparência pública e da responsabilidade fiscal.</li> </ul>
<p><b>Método de avaliação:</b></p>	<p>Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina): 25%;</p> <p>Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%;</p> <p>Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%.</p> <p>A avaliação da disciplina ocorrer ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.</p>
<p><b>Bibliografia básica:</b></p>	<p>ABREU, C. J. S.; TARDIN, N. (2021). A Transparência Pública em Países Subdesenvolvidos: estudo sobre os determinantes da transparência. <b>E&amp;G Economia &amp; Gestão</b>, vol. 21, n. 59, pp. 167–184, 2021. <a href="https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2021v21n59p167-184">https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2021v21n59p167-184</a></p> <p>ANDRADE, A. M. A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal na Contabilidade Pública dos Municípios Brasileiros. <b>Recima21 - Revista Científica Multidisciplinar</b>, vol. 2, n. 5, pp. 1–17, 2021.</p> <p>BARBIRATO, B. V. R. O endividamento público, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o projeto de resolução n. 84/2007-Sen:</p>

reflexões sobre o equilíbrio fiscal brasileiro. **Brazilian Journal of Development**, vol. 8, n. 1, pp. 8244–8259, 2022. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n1-554>

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm), acesso em 12 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)

CARDOSO, L. L.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S.; CARDOSO, T. L.; COSTA, C. B. Transparência Pública: análise em Portais de Transparência do Poder Executivo Municipal do Brasil. **Revista Meta: Avaliação**, vol. 10, n. 29, pp. 443–472, 2018. <https://doi.org/10.22347/2175-2753v10i29.1583>

CORVAL, P. R. S., & BARROS, G. G. R. Responsabilidade Fiscal e Sistema de Finanças Públicas de Crise. **Revista Thesis Juris**, 10(2), 375–401, 2021. <https://doi.org/10.5585/rtj.v10i2.18938>

COSTA, J. C. (2021). Transparência Pública: Perspectivas e Classificações. **Plataforma Colaborativa**, pp. 1–23. Disponível em [https://jhonathan.com.br/pluginfile.php/417/mod\\_page/content/14/artigo\\_transparencia\\_perspectivas\\_e\\_classificacoes.pdf](https://jhonathan.com.br/pluginfile.php/417/mod_page/content/14/artigo_transparencia_perspectivas_e_classificacoes.pdf), acesso em 12 de fevereiro de 2022

COSTA, J. C. **Transparência na Gestão Universitária sob a Perspectiva da Participação Cidadã**. 175 f. Tese de Doutorado em Administração. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2018. <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.19702.11843>

CRUZ, C. F.; AFONSO, L. E. Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: Evidências em grandes municípios. **Revista de Administração Pública**, vol. 52, n. 1, pp. 126–148, 2018. <https://doi.org/10.1590/0034-7612165847>

GERIGK, W.; CLEMENTE, A.; RIBEIRO, F. O Padrão do Endividamento Público nos Municípios Brasileiros de Porte Médio Após a Lei De Responsabilidade Fiscal. **Revista Ambiente Contábil**, vol. 6, n.

- 1, pp. 122–140, 2014. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>
- MACEDO, J. J.; CORBARI, E. C. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis. **Revista Contabilidade e Finanças**, vol. 20, n. 51, pp. 44–60, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000600002>
- Maciel, A. M. H., Miguel, L. de, Beló, A., & Pinto, N. G. M. (2020). Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise histórica da evolução da LRF nas regiões brasileiras. In: *Congresso Internacional de Administração - ADM 2020*.
- MACIEL, A. M. H.; MIGUEL, L.; BELÓ, A.; PINTO, N. G. M. Evolução da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise nos municípios da região sul do Brasil. **Research, Society and Development**, vol. 10, n. 2, pp. 1–11, 2021. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12865>
- MATOS, S. S.; AIACHE, R. R. A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na gestão do administrador público. **Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, vol. 2, n. 1, pp. 157–180, 2021.
- NASCIMENTO, A. A. **A influência da transparência pública no controle de irregularidades dos atos de gestão dos recursos federais transferidos aos municípios brasileiros**. 65 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32847>, acesso em 12 de fevereiro de 2022.
- NASCIMENTO, E. B. **A Lei de Responsabilidade Fiscal e a construção da política econômica nacional da União**. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2465>, acesso em 12 de fevereiro de 2022.
- OLIVEIRA, P. K. P. **Lei de Responsabilidade Fiscal: um estudo sobre a rubrica despesa com pessoal, nos Estados brasileiros, no lapso temporal de 2000 a 2019**. 97 f. Dissertação de Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste. Universidade Federal de Pernambuco, Recife 2021. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41007>, acesso em 12 de fevereiro de 2022.
- RIBEIRO, R. R. M.; KARUZO, K. L.; PAVÃO, J. A.; MATTIELLO, K. Gastos com pessoal e a lei de responsabilidade fiscal: um estudo no poder executivo e legislativo dos municípios da região metropolitana de Maringá. **Brazilian Journal of Business**, vol. 4, n. 1, pp. 127–144, 2022. <https://doi.org/10.34140/bjbv4n1-007>
- ROSA, F. S.; MARTINS, S.; LUNKES, R. J.; VIEIRA, D. M. A Influência da Transparência Pública na Relação entre Gestão Fiscal e no Desempenho de Municípios Brasileiros. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 19, n. 54, pp. 262–278, 2021. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.54.262-278>
- SANTANA, D. B.; SILVA, E. M; SILVA, M. L. Transparência da informação e dados abertos dos governos municipais da Região

Metropolitana do Recife. **Em Questão**, vol. 28, n. 1, pp. 128–158, 2022. <https://doi.org/10.19132/1808-5245281.128-158>

SANTANA, G. S.; SCALABRIN, F.; CASTANHO, J. L. O descompasso da Lei de Responsabilidade Fiscal frente às despesas de pessoal em tempos de crise financeira: os casos do estado do Rio Grande do Sul e da covid-19. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, vol. 19, n. 2, pp. 180–215, 2021. <https://doi.org/10.32586/rcda.v19i2.714>

SILVA, D. S.; COSTA, K. R. L.; SÁTIRO, T. R. P.; SOUZA, D. S. Normatização do Orçamento Público Brasileiro: uma análise crítica à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Gestão Contemporânea**, vol. 11, n. 2, pp. 139–157, 2021. <http://periodicos.estacio.br/index.php/gestaocontemporanea>

SILVA, M. A. M. **A Renúncia de Receita e a Lei de Responsabilidade Fiscal: o caso do Estado do Rio Grande do Sul**. Dissertação em Economia. 141 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/232593>, acesso em 12 de fevereiro de 2022.

SILVA, T. B.; MORAES, I. C.; MAIA FILHO, L. F. A. Lei de Responsabilidade Fiscal e Gasto Público com Pessoal. **ID on Line REVISTA DE PSICOLOGIA**, vol. 15, n. 55, pp. 659–675, 2021. <https://doi.org/10.14295/idonline.v15i55.3066>

SOARES, C. S.; MARTINS, V. A.; ROSA, F. S.; BARBETTA, P. A. O Comportamento da Despesa Total com Pessoal nos Estados Brasileiros: uma análise a partir das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal com modelo multinível. **Revista Universo Contábil**, vol. 16, n. 4, pp. 1–20, 2020. <https://doi.org/10.4270/ruc2020421>

SOUZA, L. C. Transparência Pública durante a Pandemia de Covid-19. **Revista Argumentum**, vol. 22, n. 2, pp. 663–676, 2021.

<b>Nome da disciplina:</b>	Governança e <i>Compliance</i> no Setor Público
<b>Ementa:</b>	Governança – Origem e Conceito. Governança no setor Público. Conceito de <i>Compliance</i> . Marcos construtivos da Governança Corporativa. Motivações legislativas para o surgimento de <i>Compliance</i> . Abordagens de Obrigatoriedade Legal das Boas Práticas de Governança. Premissas da Governança. Princípios de Governança. Diretrizes de Boa Governança. Elementos Básicos da Governança. Governança Organizacional Pública. Tomada de decisão de Governança. Roteiro para Construção Modelo de Governança Programa de <i>Compliance</i> algumas ações. Conselho de Governança Pública Governança. Eixos do Programa de Integridade. Principais Objetivos do Programa de Integridade. Exemplos de Planos de Integridade e de Riscos de Integridade.
<b>Conteúdo Programático:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Introdução aos conceitos básicos adotados na governança e <i>compliance</i>.</li> <li>○ Discussão sobre governança e <i>compliance</i> enfatizando sua natureza técnica e política.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Principais tarefas que regem o processo de formulação de uma <i>compliance</i> e governança conforme normas federais, estaduais, distritais e municipais.</li> </ul>
<b>Método de avaliação:</b>	<p>Na conclusão do curso será realizada uma reflexão sobre instrumentos de governança e <i>compliance</i> e seus diferentes usos. A avaliação será por meio de prova, trabalhos, participação nos fóruns, conforme a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%;</li> <li>• Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%;</li> <li>• Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%.</li> </ul> <p>A avaliação da disciplina ocorrer ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.</p>
<b>Bibliografia básica:</b>	<p>BRASIL. DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</p> <p><b>Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal.</b> Disponível em:  <a href="http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5961832d2d6948a38fd8168088a7ed5b/Decreto_39736_28_03_2019.html">http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5961832d2d6948a38fd8168088a7ed5b/Decreto_39736_28_03_2019.html</a>.</p> <p>BRASIL. DF. <b>Cartilha de Governança e Compliance do Distrito Federal.</b> Disponível em: <a href="http://www.cg.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Cartilha-versao-2-SUGOV2.pdf">http://www.cg.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Cartilha-versao-2-SUGOV2.pdf</a></p> <p>BRASIL. DF. Decreto 39.736 de 28/03/2019 – <b>Dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal.</b>  <a href="http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5961832d2d6948a38fd8168088a7ed5b/Decreto_39736_28_03_2019.html">http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5961832d2d6948a38fd8168088a7ed5b/Decreto_39736_28_03_2019.html</a></p> <p>BRASIL. DF. Decreto 40.253 de 11/11/2019 – <b>Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública distrital direta, autárquica e fundacional.</b>  <a href="http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/d0d9fa41f78c4c91bca2e04d96271ec0/Decreto_40253_11_11_2019.html">http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/d0d9fa41f78c4c91bca2e04d96271ec0/Decreto_40253_11_11_2019.html</a></p> <p>BRASIL. DF. Decreto 37.297 de 29/04/2016 – <b>Aprova, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, o Código de Conduta da Alta Administração, o Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo e institui as Comissões de Ética do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências.</b>  <a href="http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/32f5ae1f6e4c4babbb90ede4587c8e79/Decreto_37297_29_04_2016.html">http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/32f5ae1f6e4c4babbb90ede4587c8e79/Decreto_37297_29_04_2016.html</a></p> <p>BRASIL. DF. Decreto 40.388 de 14/01/2020 – <b>Dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas que celebrem contratos, consórcios, convênios, concessões ou parcerias público-privadas com a administração pública direta ou indireta do Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018.</b></p>

	<p><a href="http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/086e6cf411324809973472ec9f54060a/Decreto_40388_14_01_2020.html">http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/086e6cf411324809973472ec9f54060a/Decreto_40388_14_01_2020.html</a></p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. <b>Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU/Tribunal de Contas da União</b>. Edição 3 - Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – Secex Administração, 2020.</p> <p>COSO. <b>Gerenciamento de Riscos na Empresa – Estrutura Integrada: Sumário Executivo e Estrutura</b>. 2 vol. Disponível em: <a href="https://www.coso.org/documents/coso-erm-executive-summary-portuguese.pdf">https://www.coso.org/documents/coso-erm-executive-summary-portuguese.pdf</a></p>
--	---

<b>Nome da disciplina:</b>	<i>Accountability</i> e Prestação de Contas no Setor Público
<b>Ementa:</b>	Controles existentes na sociedade no âmbito das atividades do setor público. Identificação nos órgãos dos responsáveis pelo controle governamental. Distinção entre controles, controle interno e externo. Prestação de Contas e TCE.
<b>Conteúdo Programático:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Legislação aplicável;</li> <li>○ Prestação de contas;</li> <li>○ TCE e Convênios;</li> <li>○ TCE e outros procedimentos (PAD, Sindicância, Ação de Reparação);</li> <li>○ Hipóteses de instauração;</li> <li>○ Situações em que não se aplica a TCE;</li> <li>○ Denúncias e Representações;</li> <li>○ Formalização do processo (TCE Completa e Simplificada);</li> <li>○ Fases Interna e Externa;</li> <li>○ Documentação obrigatória;</li> <li>○ Sistema Débito do Tribunal de Contas da União;</li> <li>○ Enfoques da TCE: do Tomador de Contas; da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União. O julgamento do TCU;</li> <li>○ Penalidades aplicáveis aos agentes responsáveis</li> </ul>
<b>Método de avaliação:</b>	<p>Exercícios, Trabalhos e Provas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%;</li> <li>● Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%;</li> <li>● Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%.</li> </ul> <p>A avaliação da disciplina ocorrer ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.</p>
<b>Bibliografia básica:</b>	<p>BRASIL. Lei nº 8.112, de 10 de dezembro de 1990. <b>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais</b>. Disponível em: &lt;<a href="http://www.planalto.gov.br">http://www.planalto.gov.br</a>&gt;.</p> <p>_____. Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. <b>Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências</b>. Disponível em: &lt;<a href="http://www.planalto.gov.br">http://www.planalto.gov.br</a>&gt;.</p>

	<p>_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. <b>Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</b> Disponível em: &lt;<a href="http://www.planalto.gov.br">http://www.planalto.gov.br</a>&gt;.</p> <p>_____. Tomada de Contas Especial. Perguntas e Respostas. <b>Controladoria Geral da União - CGU.</b> Disponível em: &lt;<a href="http://www.cgu.gov.br/publicacoes/CartilhaGestaoRecursosFederais/Arquivos/TomadadeContasEspecial.pdf">http://www.cgu.gov.br/publicacoes/CartilhaGestaoRecursosFederais/Arquivos/TomadadeContasEspecial.pdf</a>&gt;.</p> <p>_____. Tribunal de Contas da União. <b>Regimento Interno do TCU. Resolução nº 246, de 30 de novembro de 2011.</b> Disponível em: &lt;<a href="http://www.tcu.gov.br">http://www.tcu.gov.br</a>&gt;.</p> <p>Klein Junior, V. H. (2020). Gestão de riscos no setor público brasileiro: uma nova lógica de accountability?. <b>Revista de Contabilidade e Organizações</b>, 14, e163964. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.163964">https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.163964</a>.</p>
--	---

<b>Nome da disciplina:</b>	Política e Economia do Setor Público
<b>Ementa:</b>	Papel do estado nas economias capitalistas. Análise histórica da participação do setor público na economia brasileira. Falhas de mercado. Processos de escolha coletiva. Políticas públicas setoriais. Política tributária. Incidência fiscal. Regulação econômica. Investimentos em infraestrutura.
<b>Conteúdo Programático:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Introdução;</li> <li>○ Fundamentos Básicos da Economia do Setor Público;</li> <li>○ Funcionamento Eficiente do Mercado e o reconhecimento das “falhas de mercado”;</li> <li>○ Mercados Eficientes (Aplicação da hipótese do Ótimo de Pareto e das hipóteses da Welfare Economics);</li> <li>○ As Falhas de Mercado (Market Failure);</li> <li>○ Externalidades (Aplicação do Teorema de Coase e o instrumento de correção de Pigou);</li> <li>○ Bens Públicos e Provisão Pública de Bens Privados;</li> <li>○ Os limites dos Governos e a restrição a sua ação econômica: explorando a Hipótese de Falhas de Governo;</li> <li>○ Grupos de Interesses e Ação Coletiva: Rent Seeking;</li> <li>○ Federalismo Fiscal, Eficiência e Equidade: a partilha de receitas e dispêndios públicos;</li> <li>○ Guerra Fiscal e Crise Federativa no Brasil;</li> <li>○ Teorias da Federação e do Federalismo Fiscal: o caso brasileiro;</li> <li>○ A Guerra Fiscal e suas Consequências: quem paga a conta?</li> <li>○ Tributação e Gasto Público: conceitos básicos e aspectos teóricos;</li> <li>○ Crise Econômica e Política Fiscal: o debate recente.</li> </ul>
<b>Método de avaliação:</b>	<p>Exercícios, Trabalhos e Provas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%;</li> <li>● Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%;</li> <li>● Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%.</li> </ul>

	A avaliação da disciplina ocorrer ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.
<b>Bibliografia básica:</b>	<p>ARVATE, P.; BIDERMAN, C. <b>Economia do setor público no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Campus, 2005.</p> <p>BLANCHARD, O. et al. <b>Fiscal policy for the crisis: IMF Staff Position Note 08/01</b>. Washington: International Monetary Fund, 2008.</p> <p>BUCHANAN, J. M. <b>Public Choice: The Origins and Development of a Research Program</b>. Center for Study of Public Choice: George Mason University, 2003. Disponível em: FRANCO, G. H. B. Por que juros tão altos, e o caminho para a normalidade. Rio de Janeiro: Rio Bravo Investimentos, 2011.</p> <p>GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. <b>Finanças Públicas</b>. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.</p> <p>GROFMAN, B. <b>Reflections on Public Choice</b>. Public Choice, v. 118, n. ½, p. 31-51, jan. 2004. Disponível em: . Acesso em: 26/08/2013.</p>

<b>Nome da disciplina:</b>	Gestão de Contratos e Compras Governamentais
<b>Ementa:</b>	Contratações no setor público. Lei 8666. Nova Lei de Licitações - Lei 14.133. Contratação por dispensa e inexigibilidade de licitação. Pregão Eletrônico. Contrato Administrativo: regime jurídico, gestão, alterações, fiscalização, sanções. Riscos quanto à motivação do gasto, à compatibilidade do preço praticado, ao recebimento (liquidação da despesa) e à destinação para fins de interesse público. Julgados do Tribunal de Contas da União sobre o tema.
<b>Conteúdo Programático:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Contratos Administrativos: contrato formal obrigatório, cláusulas necessárias. Alterações contratuais;</li> <li>○ Projeto Básico e Termo de Referência: características gerais, composição do preço estimado da contratação;</li> <li>○ Gestão contratual: obrigações, liquidação da despesa, responsabilidades e julgados do Tribunal de Contas da União;</li> <li>○ Características gerais do modelo nacional de compras e contratações governamentais – modalidades de licitação.</li> </ul>
<b>Método de avaliação:</b>	<p>Exercícios, Trabalhos e Provas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%;</li> <li>• Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%;</li> <li>• Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%.</li> </ul> <p>A avaliação da disciplina ocorrer ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.</p>
<b>Bibliografia básica:</b>	<p>BRASIL. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. <b>Lei de Licitações e Contratos</b>. Presidência da República. Brasília. 1993.</p> <p>BRASIL. Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002. <b>Lei do Pregão</b>.</p>

	<p>Presidência da República. Brasília. 2002.</p> <p>MONTEIRO, Diego. <b>Lei de Licitações (14.133/2021) Principais Mudanças</b>. 2021.</p> <p>PORTO, Ricardo da Silveira. <b>Falando sobre licitações e contratos: A nova lei de licitações nº 14.133/2021</b> (versão atualizada). 2021.</p>
--	---

<b>Nome da disciplina:</b>	Metodologia de Pesquisa Científica
<b>Ementa:</b>	Introdução à pesquisa científica, ao método científico e à comunicação científica. Estrutura do trabalho científico. Métodos, técnicas e abordagens de pesquisa. Estratégias de escrita e aspectos éticos na construção de trabalhos científicos. Sistemas de gerenciamento de referências e citações. Normas de elaboração e apresentação do trabalho científica.
<b>Conteúdo Programático:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Módulo 1: Introdução</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ O percurso da pesquisa científica: lógica, funções e objetivos</li> <li>○ Métodos e tipos de pesquisa científica</li> <li>○ Processo de comunicação científica</li> </ul> </li> <li>● <b>Módulo 2: Desenvolvimento de pesquisa científica</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Desenvolvendo um tema e objeto de pesquisa</li> <li>○ Estrutura geral de uma pesquisa científica e conteúdos de cada seção</li> <li>○ Estratégias de levantamento bibliográfico</li> <li>○ Métodos e técnicas de coleta de dados</li> <li>○ Métodos e técnicas de investigação científica</li> <li>○ Abordagens metodológicas</li> </ul> </li> <li>● <b>Módulo 3: Formalização</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Estratégias de escrita e articulação</li> <li>○ Aspectos éticos aplicados à pesquisa científica</li> <li>○ Citações e Referências</li> <li>○ Normas APA e ABNT aplicadas ao trabalho científico</li> <li>○ Sistemas de gerenciamento de referências: mendeley</li> </ul> </li> </ul>
<b>Método de avaliação:</b>	<p>Elaboração de resenhas de pesquisas científicas em contabilidade.</p> <p>Desenvolvimento, elaboração e apresentação de projeto de pesquisa final.</p> <p>Debates de projetos científicos.</p> <p>Questionários online.</p> <p>Fóruns.</p> <p>A avaliação da disciplina ocorrer ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.</p>
<b>Bibliografia básica:</b>	CRESWEL, John W. CRESWEL, J. David. <b>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</b> . 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

	<p>DEMO, Pedro. <b>Introdução à metodologia da ciência</b>. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>DEMO, Pedro. <b>Metodologia científica em ciências sociais</b>. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. <b>Fundamentos de metodologia científica</b>. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. <b>Metodologia do trabalho científico</b>. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. <b>Técnicas de Pesquisa</b>. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓPHILO, Carlos Renato. <b>Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas</b>. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico</b>. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.</p>
--	--

<b>Nome da disciplina:</b>	Estrutura e Organização do Estado
<b>Ementa:</b>	Democracia, Estado e esfera pública. O Papel do Estado contemporâneo e a oferta de serviços sociais. Emergência e crescimento do Estado de bem-estarsocial. Cidadania e participação social. Concepção e desenvolvimento das políticas sociais em diversos paradigmas teóricos. Universalismo, seletividade, integralidade e focalização.
<b>Conteúdo Programático:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Evolução das políticas de geração de oportunidades (educação, cultura, trabalho e renda, desenvolvimento rural) e seguridade social (previdência social, assistência social, saúde) no Brasil;</li> <li>○ Gestão pública, articulação público-privado na provisão de bens e serviços;</li> <li>○ Abrangência da cobertura social (benefícios e beneficiários);</li> <li>○ Estrutura organizacional, financiamento e gastos públicos.</li> <li>○ Políticas de geração de oportunidades e de inserção produtiva qualificada no Brasil</li> </ul>
<b>Método de avaliação:</b>	<p>Exercícios, Trabalhos e Provas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%;</li> <li>● Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%;</li> <li>● Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%.</li> </ul> <p>A avaliação da disciplina ocorrer ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.</p>
<b>Bibliografia básica:</b>	<p>ARAÚJO, Luiz Alberto David, &amp; JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes. (2006). <b>Curso de Direito Constitucional</b> (10° ed.). São Paulo: Saraiva.</p> <p>DALLARI, Dalmo de Abreu. (2005). <b>Elementos de Teoria Geral do Estado</b> (25° ed.). São Paulo: Saraiva.</p>

	<p>LENZA, Pedro. (2011). <b>Direito Constitucional Esquematizado</b> (15a ed.). São Paulo: Saraiva.</p> <p>PAULO, Vicente., &amp; ALEXANDRINO, Marcelo. (2008). <b>Direito Constitucional Descomplicado (3º ed.)</b>. São Paulo: Método.</p>
--	--

<b>Nome da disciplina:</b>	Inovação no Setor Público
<b>Ementa:</b>	<p>Conceito de Inovação. Novo Marco Legal da Inovação. Sistema Nacional de Inovação. Ecossistema de inovação. Tipos de Inovação: Inovação em Serviço, Inovação em Processo, Inovação em Processo Tecnológico, Inovação em Processo Administrativo. Fomento em Inovação no setor público. Tendências de Inovação para o Setor Público. Tendências de inovações na Contabilidade do Setor Pública. Usabilidade de sistemas de Contabilidade no Setor Público.</p>
<b>Conteúdo Programático:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ O fenômeno da inovação nos serviços públicos;</li> <li>○ Teoria da inovação e suas contribuições à análise da inovação nos serviços públicos;</li> <li>○ Sistemas e espaços de inovação;</li> <li>○ O processo de inovação no setor público;</li> <li>○ Diferentes abordagens de mudança organizacional e seu impacto nas organizações;</li> <li>○ Cultura organizacional e inovação nos serviços públicos;</li> <li>○ Gestão da inovação no setor público;</li> <li>○ Redes e inovação em serviços públicos;</li> <li>○ Disseminação de inovação em serviços públicos;</li> <li>○ Continuidade das inovações no serviço público;</li> <li>○ Tendências de inovações na Contabilidade do Setor Pública.</li> <li>○ Usabilidade de sistemas de Contabilidade no Setor Público.</li> </ul>
<b>Método de avaliação:</b>	<p>Exercícios, Trabalhos e Provas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%;</li> <li>● Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%;</li> <li>● Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%.</li> </ul> <p>A avaliação da disciplina ocorrer ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.</p>
<b>Bibliografia básica:</b>	<p>BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. <b>Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação</b>. Presidência da República. Brasília. 2016.</p> <p>CAVALCANTE, P.; CAMÃES, M.; CUNHA, B.; SEVERO, W. (ORG.). <b>Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil</b>. Brasília: Enap, Ipea, 2017.</p>

	<p>CÂMARA, A. L.; LIMA, D. V. Os Tribunais de Contas como usuários da informação contábil no setor público brasileiro. <b>Revista de Informação Contábil</b>, v. 11, nº 2, pp. 19-35, 2017.</p> <p>CASTRO, A. C. <b>Políticas de inovação e capacidades estatais comparadas: Brasil, China e Argentina</b>. In: GOMIDE, A. A.; BOSCHI, R. R. (Eds.). Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada. Brasília: Ipea, 2016. p. 105-136.</p> <p>LIMA, F. S.; RODRIGUES, Evaldo C. C.; SILVA, R. B.; PEÑA, C. R. Usabilidade das tecnologias de informação e comunicação no sistema BRT-DF – Uma análise construtivista da percepção do usuário. <b>Revista Gestão Industrial (Online)</b>, v. 12, p. 162-178, 2016.</p> <p>OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; EUROSTAT – GABINETE DE ESTATÍSTICAS DA UNIÃO EUROPEIA. <b>Manual de Oslo – Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação</b>. Brasília: Finep, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, L. G.; CABRAL, V. ; SANTANA, R. L. . Inovação no setor público: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. <b>CADERNOS ENAP</b>, v. 38, p. 59-59, 2014.</p> <p>PANISSON, C.; WILLERDING, I. A. V.; LAPOLLI, E. M. Políticas públicas que subsidiam a inovação no Brasil. Univali - <b>Revista Brasileira de Tecnologias Sociais</b>, 5 (1), p. 178-192, 2018.</p> <p>TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. <b>Gestão da inovação</b>. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p>SILVA, N. O., FREIRE, F. S., NASCIMENTO JUNIOR, A. Perspectivas de controle e gestão das fundações de amparo à pesquisa com o marco legal da ciência, tecnologia e inovação. <b>Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão</b>, v. 18, n. 11, p. 146-162, 2020.</p>
--	--

<b>Nome da disciplina:</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>Ementa:</b>	O TCC em forma de Artigo Científico poderá ser concluído no prazo máximo de até 6 meses após a realização das disciplinas.
<b>Conteúdo Programático:</b>	O trabalho a ser desenvolvido deve ter com temas relacionados às áreas de Orçamento, Governança ou Gestão de Riscos no Setor Público.
<b>Método de avaliação:</b>	Os horários de orientação serão definidos entre orientador e aluno. O aluno no final terá que entregar e apresentar seu artigo de acordo com as Normas condizentes para aprovação em periódicos Qualis/Capes A ou B.  A avaliação da disciplina ocorrer ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

<p><b>Bibliografia básica:</b></p>	<p>CRESWEL, John W. CRESWEL, J. David. <b>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</b>. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2021.</p> <p>DEMO, Pedro. <b>Introdução à metodologia da ciência</b>. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>DEMO, Pedro. <b>Metodologia científica em ciências sociais</b>. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. <b>Fundamentos de metodologia científica</b>. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. <b>Metodologia do trabalho científico</b>. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. <b>Técnicas de Pesquisa</b>. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓPHILO, Carlos Renato. <b>Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas</b>. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico</b>. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.</p>
------------------------------------	---

## ANEXOS

- € Cópia da ata de reunião do Colegiado do Programa de Pós-Graduação do Departamento ou Centro constando a aprovação e respectivo parecer do relator
- € Comprovação da maior titulação acadêmica para os professores externos (cópia do diploma ou certificado)
- € Declaração de não prejuízo e de respeito ao teto constitucional - para professores da UnB, assinados pelo interessado e pela chefia imediata (modelo disponibilizado pelo SEI)